

ASSOCIAÇÃO CÁRITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA

CNPJ/MF: 08.221.572/0002-93

Demonstrações contábeis do exercício findo
em 31 de dezembro de 2024



Fundada em 10 de novembro de 2005

Relatório da revisão das demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado do exercício	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

**RELATÓRIO DE AUDITORIA
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Contrato de Gestão nº 374/2023 (filial – Barueri)**

À Diretoria e Conselho de Administração da
Associação Cáritas Nossa Senhora da Escada
CNPJ/MF nº 08.221.572/0002-93
Barueri, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis referente ao Contrato de Gestão nº 374/2023 da **ASSOCIAÇÃO CÁRITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA**, CNPJ/MF nº 08.221.572/0002-93, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Salientamos que as demonstrações financeiras do exercício anterior findo em 31.12.2023 consolidadas não foram auditadas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira (filial – Barueri) da **ASSOCIAÇÃO CÁRITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período referido acima, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião da Revisão das Demonstrações Contábeis

Nossa auditoria das demonstrações contábeis, consolidadas, foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, que trata da Auditoria das Demonstrações Contábeis. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência nas demonstrações contábeis obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ressalva de opinião

Em 31 de dezembro de 2024 a Associação não contabilizou a receita e/ou despesa decorrente de ativo imobilizado, conforme NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, consequentemente não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Em 06 de novembro de 2017, a **ASSOCIACAO CARITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA** celebrou o Contrato de Gestão nº 700/2017 com o Município de Barueri, com fundamento na Lei Municipal nº 2.600 de 28 de março de 2018 e demais disposições legais com o objetivo de gerenciamento, operacionalização e execução de serviços sócio assistenciais de abordagem social a pessoas em situação de rua e acolhimento institucional a população em situação de rua, seja na modalidade pernoite ou na modalidade residência, tipificados pela Resolução CNAS 109/09, como serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, na Casa de Acolhimento à Pessoas em Situação de Rua e Aditamentos efetuados conforme abaixo descritos e demais aditamentos ao contrato de gestão conforme tabela a seguir:

DOCUMENTO	DATA	VIGÊNCIA	VALOR – R\$
Contrato de Gestão nº 700/2017	06/11/2017	06/11/17 a 05/11/18	5.700.000,00
Termo de Aditamento nº 1	05/11/2018	06/11/18 a 05/11/19	5.700.000,00
Termo de Aditamento nº 2	05/11/2019	06/11/19 a 05/11/20	6.226.680,00
Termo de Aditamento nº 3	05/11/2020	06/11/20 a 05/11/21	6.226.680,00
Termo de Aditamento nº 4	05/11/2021	06/11/21 a 05/11/22	7.064.400,00
Termo de Aditamento nº 5	04/11/2022	06/11/22 a 05/03/23	2.354.800,00
Termo de Aditamento nº 5	03/03/2023	06/03/23 a 06/07/23	2.354.800,00

Em 07/07/2023 foi assinado o Contrato de Gestão nº 374/2023, e demais aditamentos, com o objetivo de gerenciamento, operacionalização e execução de serviços sócio assistenciais de abordagem social a pessoas em situação de rua e acolhimento institucional a população em situação de rua, seja na modalidade pernoite ou na modalidade residência, tipificados pela Resolução CNAS 109/09, como serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, na Casa de Acolhimento à Pessoas em Situação de Rua e Aditamentos efetuados e demais aditamentos ao contrato de gestão conforme tabela a seguir:

DOCUMENTO	DATA	VIGÊNCIA	VALOR – R\$
Contrato de Gestão nº 374/2013	07/07/2023	07/07/23 a 06/07/24	8.070.000,00
Termo de Aditamento nº 1		Investimentos	47.256,38
Termo de Aditamento nº 2	05/07/2024	07/07/24 a 06/07/25	8.070.000,00

Em novembro de 2023, a Entidade assinou o Termo de Fomento no Valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais para aquisição de veículo automotor para atendimento das operações assistenciais conforme SEDS-PRC-2021-00357-DM.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria contábil realizada de acordo com as normas brasileiras sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da revisão realizada de acordo com as normas brasileiras, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria contábil para planejarmos procedimentos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Revisamos as bases para constituição de provisões, tais como encargos trabalhistas, indenizações e rescisões trabalhistas, 13º salários, férias e benefícios empregatícios.

- Indagamos à administração da Associação, quanto a existência de eventuais ativos e passivos contingentes significativos ou avais e fianças prestados que possam representar perdas contingentes.
- Revisamos e analisamos as conciliações preparadas pela Associação para os ativos e passivos significativos, principalmente as contas de natureza financeira.
- Indagamos os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional sobre a situação financeira e as operações da Associação, bem como sobre a eventual existência de fatos relevantes relativos às operações do período sob revisão e/ou subsequente.
- Revisamos e analisamos as atas de assembleias (AGE e AGO) e das reuniões do conselho de administração e da diretoria para tomar conhecimento de decisões que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis do exercício de 2023.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências contábeis obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da revisão das demonstrações contábeis e das constatações significativas encontradas, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de abril de 2025.

**OSM SERVIÇOS DE AUDITORIA
SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA**

CRC/SP nº 2SP023783/O-3

CNPJ nº 39.994.723/0001-99

**ORLANDO SANDI
MAGALHAES:02837325805**

Assinado digitalmente por ORLANDO SANDI MAGALHAES:02837325805
DN: cn=ORLANDO SANDI MAGALHAES:02837325805 c=BR o=ICP-Brasil
ou=Certificado PF A1
Motivo: Eu sou o autor deste documento
Local:
Data: 2025-04-08 13:48:03:00

Orlando Sandi Magalhães

Contador

CRC nº 1SP131073/O-9

CPF 028.373.258-05

ASSOCIAÇÃO CARITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA

CNPJ/MF: 08.221.572/0002-93

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 31/12/2024

(valores expressos em reais)

N.E.	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Receita bruta - subveções municipal	8.204.860,87	7.414.424,20
Receita contábil bruta	8.204.860,87	7.414.424,20
Custos e Despesas Assistenciais		
Despesa com Pessoal - RH	(4.638.173,60)	(3.946.595,98)
Encargos Sociais	(895.606,97)	(830.038,96)
Serviços prestados por Pessoas Jurídicas	(559.136,73)	(517.929,25)
Comunicação	(7.774,35)	(8.143,13)
Aluguéis	(247.787,73)	(222.856,74)
Manutenção de Imóvel	(352.164,80)	(397.875,43)
Transporte e Veículos	(234.046,13)	(217.026,16)
Outras Despesas Assitenciais	(1.255.208,98)	(1.260.437,64)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	157.988,59	128.643,82
Despesas financeiras	(10.447,81)	(9.716,96)
Outras receitas despesas operacionais		
Despesas Tributárias	(4.513,77)	(3.803,95)
Superavit (deficit) do exercício	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO CARITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA
CNPJ/MF: 08.221.572/0002-93
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31/12/2024
(valores expressos em reais)

Descrição	Patrimônio social	Superavit (deficit) acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO 2022	-	7.948,16	7.948,16
Superávit(déficit) do exercício	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023	-	7.948,16	7.948,16
Superávit(déficit) do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	7.948,16	7.948,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO CARITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA

CNPJ/MF: 08.221.572/0002-93

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 31/12/2024

(valores expressos em reais)

	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit (deficit) do exercício	-	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Valores a receber	-	(2.260.371,60)
Impostos a compensar	-	(7.391,55)
	<u>-</u>	<u>(2.267.763,15)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(103,27)	(13.796,50)
Obrigações trabalhistas	(75,68)	(80.903,00)
Impostos a recolher	7,39	143,94
Outras contas a pagar	(8.633,63)	17.372,68
Provisões	630.654,30	61.019,41
Verbas a aplicar	47.718,06	2.549.177,77
	<u>669.567,17</u>	<u>2.533.014,30</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>669.567,17</u>	<u>265.251,15</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativos imobilizado e intangível	(46.233,26)	(4.184,11)
Baixa de bens do imobilizado e intangível		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(46.233,26)</u>	<u>(4.184,11)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Superavit do exercício	-	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>623.333,91</u>	<u>261.067,04</u>
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.583.376,05	1.322.309,01
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.206.709,96</u>	<u>1.583.376,05</u>
	<u>623.333,91</u>	<u>261.067,04</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO CARITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA
CNPJ nº 08.221.572/0002-93

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em reais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **ASSOCIAÇÃO CARITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA**, constituída em 10/11/2005, com registro no CNPJ/MF nº 08.221.572/0001-02, devidamente registrada CNAS (Conselho Nacional de Assistência Sociais) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica que tem por finalidade e objetivos a execução de serviços de proteção Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, por meio de assistência social, cultural, esporte, a criança, adolescentes, jovens e família, como instrumento da promoção e defesa de direitos e, no exercício de suas atividades, seus serviços serão voltados a Convivência e Fortalecimento de vínculos, nos termo da Resolução CNAS nº 109/09, de forma humanizada, credenciada como ORGANIZAÇÃO SOCIAL perante o município de Barueri, portadora do Certificado de Entidade de Assistência Social CEBAS, protocolizado sob o nº 71000.018527/2019-57, que deferiu a renovação do conforme Ofício nº 591/2019-CCEB/CGCEB/DRSP/SNAS/MC, do Ministério da Cidadania, datado de 18 de junho de 2019.

A instituição está organizada na filial, com CNPJ/MF nº 08.221.572/0002-93, que atua no município de Barueri, no Estado de São Paulo, observando com todo rigor os princípios do artigo 37, caput, da Constituição Federal do Brasil de 1988 e demais princípios do Direito Administrativo e Probidade Pública, não distribuindo, sob qualquer hipótese, resultados, dividendos ou bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, pois tem muito bem definida a sua finalidade filantrópica, parte essencial e razão principal de sua existência.

Em razão de sua finalidade não lucrativa e filantrópica o patrimônio social da **ASSOCIAÇÃO CARITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA** é constituída pelas doações, auxílios e contribuições de associados e doadores; doações e legados, bens, direitos e valores adquiridos por arrecadação por meio de eventos privados, e revertidos totalmente em benefício da entidade.

A **ASSOCIAÇÃO CARITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA** é composta pelos seguintes órgãos administrativos conforme Estatuto Social aprovado em 30 de outubro de 2021:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria, composta de Presidente, Secretário e Tesoureiro;
- c) Conselho de Administração;
- d) Conselho Fiscal.

Em 07/07/2023 foi assinado o Contrato de Gestão nº 374/2023, e demais aditamentos conforme abaixo relacionados:

DOCUMENTO	DATA	VIGÊNCIA	VALOR – R\$
Contrato de Gestão nº 374/2013	07/07/2023	07/07/23 a 06/07/24	8.070.000,00
Termo de Aditamento nº 1		Investimentos	47.256,38
Termo de Aditamento nº 2	05/07/2024	07/07/24 a 06/07/25	8.070.000,00

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros e aplicáveis às pequenas e médias empresas, às quais abrangem a Interpretação Técnica Geral - ITG 2002(R1) e NBC TG 1000, a legislação societária, e dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da entidade.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação: as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação, e sua moeda de apresentação.

b. Contas de resultado: o regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência com observação do CPC 07 (R1) sobre as receitas de subvenção governamental, que requerem o reconhecimento em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes.

c. Aplicações financeiras: são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e não superam o valor de mercado.

d. Recursos do contrato de gestão: estão representados pelos valores das verbas recebidas ou a receber, para aplicação em gastos de custeio ou investimentos previstos no contrato de gestão, e que ainda não foram utilizados.

e. Ativo circulante e não circulante: registrados pelo valor de realização, acrescido dos rendimentos incorridos, ou deduzidos por provisão, para fazer face a eventuais perdas, até a data do balanço, quando aplicável.

f. Ativo imobilizado: composto por bens recebidos e adquiridos com os recursos oriundos do contrato de gestão firmado com Município de Barueri, registrados ao custo histórico, não depreciados pelo método linear, a taxas que levam em a vida útil e apurando o valor residual dos bens e ajustado quando houver indicativo de deterioração ou superar o valor justo de realização. Ao final do mencionado contrato de gestão os adquiridos com recursos das verbas de investimentos e das operações próprias serão totalmente revertidos ao Município assim como os bens recebidos para direito de uso do objeto de parceria.

g. Valor de recuperação de ativos ("impairment"): em decorrência de a entidade ter iniciado suas atividades sob a égide do Contrato de Gestão 700/2017 em novembro/2017, os valores contábeis são recentes e estão registrados pelo valor recuperável.

h. Fornecedores: as contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura, nota fiscal ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivo circulante

se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

i. Passivo circulante: demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

j. Provisão de férias e encargos: foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes.

k. Contribuição ao INSS e impostos: conforme legislação vigente, a Associação é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda (RIR).

l. Uso de estimativa: a preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA COM RESTRIÇÃO

Estão representadas pelas aplicações financeiras e saldo em conta corrente, com restrição no Banco do Brasil S.A:

Descrição	2024	2023
Caixa filial	R\$ 1.524,71	R\$ 380,19
Aplicação Banco do Brasil – conta nº 68786-6	R\$ 0,00	R\$ 13.869,54
Aplicação Banco do Brasil – conta nº 76759-X – Custeio	R\$ 136.981,43	R\$ 123.670,22
Aplicação Banco do Brasil – conta nº 76759-X – Reserva	R\$ 2.068.203,82	R\$ 1.445.456,10
Total	R\$ 2.206.709,96	R\$ 1.583.376,05

O valor da aplicação é obtido pelo valor total das aplicações somado ao rendimento apropriado no mês de dezembro pelo valor líquido, deduzido do Imposto de Renda sobre os rendimentos de aplicações financeiras e IOF.

4. IMOBILIZADO – ATIVO NÃO CIRCULANTES (COM RESTRIÇÃO)

Os ativos imobilizados foram contabilizados em conformidade com o Termos de Permissão de uso de bens móveis, de propriedade da prefeitura municipal de Barueri, que foram cedidos pelo prazo de contrato de gestão para a **ASSOCIAÇÃO CARITAS NOSSA SENHORA DA ESCADA**, conseqüentemente são registados contabilmente no ativo e passivo.

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, não deduzido da depreciação e amortização calculada pelo método linear com base nas taxas conforme Resolução CFC 1.177/09 (NBC – TG 27).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. No exercício social não foram identificados desvalorização de bens por deterioração, obsolescência ou perda do valor recuperável para reconhecimento.

Descrição	Saldo Final Líquido (R\$) – 31/12/2023	Aquisições no período 2024	Depreciação e amortização acumulada	Saldo Final (R\$) 2024
Móveis e Utensílios	R\$ 213.190,79	R\$ 6.500,00	R\$ 0,00	R\$ 219.690,79
Equipamentos de TI e Informática	R\$ 2.538,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.538,96
Máquinas e Equipamentos	R\$ 15.235,64	R\$ 16.824,26	R\$ 0,00	R\$32.059,90
Benfeitorias em Imóveis	R\$ 0,00	R\$ 22.909,00	R\$ 0,00	R\$ 22.909,00
TOTAL DO IMOBILIZADO	R\$ 230.965,39	R\$ 39.733,20	R\$ 0,00	R\$ 277.198,65

5. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

Substancialmente compostos por compras de fornecedores e serviços contratados a pagar, tais como, energia elétrica, água e demais contas de consumo e gêneros alimentícios.

Descrição	2024	2023
Fornecedores	R\$ 10.025,09	R\$ 10.128,36
Total	R\$ 10.025,09	R\$ 10.128,36

6. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E PROVISÕES

No final do período acima indicado de 2024 as obrigações trabalhistas de Entidade estavam compostas da seguinte forma:

(a) Obrigações com salários e remunerações rescisórias

Descrição	2024	2023
Provisão de Férias	R\$ 211.974,21	R\$ 79.172,05
Provisão p/ Encargos Rescisórios	R\$ 229.447,31	R\$ 170.429,58
Provisão cf Lei 12.506	R\$ 935.262,34	R\$ 695.507,85
Provisão s/ Multa FGTS	R\$ 682.228,94	R\$ 483.149,02
Total	R\$ 2.058.912,80	R\$ 1.428.258,50

(b) Obrigações Sociais

Descrição	2024	2023
INSS a recolher	R\$ 27.349,13	R\$ 28.629,32
FGTS a recolher	R\$ 35.124,67	R\$ 34.687,98
Total	R\$ 62.473,80	R\$ 63.317,30

(c) Obrigações tributárias

Descrição	2024	2023
IRRF sobre folha de pagamento	R\$ 33.907,04	R\$ 33.139,22
IR Fonte s/ Serv. PJ	R\$ 14,96	R\$ 16,52
CSRF Fonte s/ Serv. PJ	R\$ 136,37	R\$ 127,42
Total	R\$ 34.058,37	R\$ 33.283,16

7. CONTINGÊNCIAS LEGAIS

A Associação, na inscrição de sua filial, figura em ação litigiosa trabalhista, a qual fez acordo e o valor já está devidamente provisionado.

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E CUSTOS ASSISTENCIAIS

A seguir, gastos operacionais apropriados no período por natureza:

Custos e despesas assistenciais	2024	2023
Pessoal	R\$ 4.638.173,60	R\$ 3.946.595,98
Encargos Social	R\$ 895.606,97	R\$ 830.038,96
Serviços de Terceiros PJ	R\$ 559.136,73	R\$ 517.929,25
Comunicação	R\$ 7.774,35	R\$ 8.143,13
Aluguéis	R\$ 247.787,73	R\$ 222.856,74
Manutenção de Imóvel	R\$ 352.164,80	R\$ 397.875,43
Transporte	R\$ 234.046,13	R\$ 217.026,16
Mantimentos e materiais assistenciais	R\$ 1.255.208,98	R\$ 1.260.437,64
Tributos diversos	R\$ 4.513,77	R\$ 3.803,95
Despesas bancárias	R\$ 10.447,81	R\$ 9.716,96
Totais	R\$ 8.204.860,87	R\$ 7.414.424,20

- a) Pessoal e encargos sociais: Os valores são compostos pela somatória dos empregados contratos pelo Regime CLT, as obrigações legais, tais como FGTS, INSS, Férias e 13º salário, contribuições sindicais, benefícios (vale transporte, vale refeição/alimentação e odontológico) e rescisões trabalhistas.
- b) Serviços de terceiros: As despesas desta natureza se referem a serviços de informática, manutenções prediais, equipamentos elétricos, assessorias e outros serviços inerentes a atividades assistencial.
- c) Comunicação: As despesas desta natureza se referem a provedor de internet.
- d) Aluguéis: Referem se a locações de equipamentos e imobiliária.
- e) Transporte: Serviços de transporte de pessoas e reintegrações à família.
- f) Mantimentos e materiais assistenciais: São despesas com gêneros alimentícios, materiais de higiene pessoal, descartáveis, de limpeza, uniformes, copa e cozinha entre outros desse gênero.
- g) Tributos diversos: São despesas com taxas e contribuições e impostos sobre serviços de terceiros.
- h) Despesas bancárias: São despesas com tarifas e juros bancários.

9. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11º da Lei n.º 12.101, de 27/11/2009, são demonstrados a seguir, como se devidos fossem, os valores relativos a isenções previdenciárias gozadas durante o exercício:

Descrição	2024	2023
Ordenados e salários	R\$ 2.793.598,73	R\$ 2.710.186,67
Percentual de contribuição devida (*)	26,8%	26,8%
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção	R\$ 748.684,46	R\$ 726.330,03

(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e seguros contra riscos de acidentes 1%.

10. ATENDIMENTOS

Os serviços foram atendidos 100% gratuitamente conforme plano de trabalho definido junto a Prefeitura Municipal de Barueri.